

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo, Companhia das Letras/Belo Horizonte, UFMG, 2007.

Ana Amélia Melo

Professora Visitante do Departamento de História da UFC

A história das ditaduras na América Latina, que até duas décadas atrás fazia parte quase que exclusivamente das discussões de sociólogos e cientistas políticos, tem sido transformada recentemente também em tema de interesse de historiadores.¹ Nesse trabalho a pesquisa com memórias, biografias e fontes orais alcança vulto e relevância. O ponto de vista crítico e a legitimidade intelectual destes testemunhos no ofício do historiador é a problemática central discutida no livro de Beatriz Sarlo. A forma de ensaio não lhe tira a densidade de sua argumentação, resultando mais que tudo num forte e bem sucedido apelo à reflexão.

Nos seis capítulos que compõem o livro, a autora desenvolve sua argumentação, tomando como ponto de partida o fim da ditadura militar na Argentina e a importância do testemunho para a reconstituição dessa memória bem como a urgente condenação do terrorismo de Estado. A controvérsia sobre o passado e a transformação do testemunho em protagonista são polemizados seguindo uma discussão teórica que demarca esse percurso.

Para o emprego do historiador, duas dificuldades saltam à vista: o acúmulo de testemunhos nos permitiria alcançar uma completude, uma totalidade? E o intocável valor moral e afetivo da memória não contradiz o método e crítica historiográfica? As perguntas surgem para problematizar e como provocação. A compreensão de uma “guinada subjetiva” como bem se intitula o livro, é tratado pela autora através da trajetória da intrincada relação entre narração e experiência. São muitas as questões levantadas e que valem a pena ser lembradas:

“A experiência se dissolve ou se conserva no relato? É possível lembrar uma experiência ou o que se lembra é apenas a lembrança pre-

viamente posta em discurso, e assim só há uma sucessão de relatos sem possibilidade de recuperar nada do que pretendem como objeto? Em vez de reviver a experiência, o relato seria uma forma de aniquilá-la, forçando-a a responder a uma convenção? Há algum sentido em reviver a experiência ou o único sentido está em compreendê-la, longe de uma revivência, e até mesmo contra ela? Qual é a garantia da primeira pessoa para captar um sentido da experiência? Deve prevalecer a história e renunciar-se àquilo que a experiência teve de individual? Entre um horizonte utópico de narração da experiência e um horizonte utópico de memória, que lugar resta para um saber do passado?”

Para Beatriz Sarlo, a narração pode ser pensada na atualidade como libertadora da experiência através da comunicação, de sua transformação em algo comum, no entanto o diagnóstico era precisamente inverso se voltamos às primeiras décadas do século XX. A autora relembra as considerações de Walter Benjamim sobre o choque da Primeira Guerra e a incomunicabilidade desta experiência. Seria esta impossibilidade de transformar o vivido em relato que, de certa maneira, aboliria também a experiência. Neste sentido, seguindo a exposição de Beatriz Sarlo, na análise benjaminiana, o narrador na modernidade perderia o domínio de sua história.

A trajetória da tensa relação entre narração e experiência passa também pelo estruturalismo da década de 1970 e a declarada morte do sujeito. Detendo-se num estudo de 1979 de Paul de Man sobre a autobiografia até chegar a Derrida em 1984, aproxima-os através da crítica sobre a possibilidade de se construir um saber por meio da experiência narrada. Na sua reflexão não poderia deixar de estar presente o já clássico estudo de Paul Ricoeur sobre história e narrativa. A presença destes autores destaca o debate intelectual sobre as implicâncias morais, políticas e jurídicas em torno da memória e sua relevância atual seguindo a virada lingüística e subjetiva.

A dificuldade do testemunho está posta na América Latina através das experiências limites representadas pelas ditaduras militares. Se por um lado a memória serviria como “cicatrização de feridas”, por outro a intensidade dessas experiências tornam impossível sua “real” representação. A “cura” não é apenas do sujeito, mas de uma coletividade como imperativo moral.

Para Sarlo, a dimensão problemática do testemunho é suprimida na atualidade em favor de uma intensa subjetivação, de uma ingênua superioridade do testemunho frente a outras fontes documentais. A esta independência do sujeito e de seu discurso é preciso contrapor a operação histórica capaz de revogar a utopia da narração e o pressuposto da totalidade.

A crítica surge neste livro como postura intelectual indispensável. Ao debate teórico não pode escapar nem mesmo o testemunho “sacralizado” na legítima reparação moral. No trabalho do historiador, é preciso aplicar ao testemunho o princípio da dúvida metodológica. Finalmente a força deste livro se concretiza no esforço de uma reflexão imperiosa sobre a memória e a contemporaneidade, legando antes de tudo, interrogações cruciais e necessárias.

NOTAS

- ¹ Carlos Fico faz referência especialmente ao Brasil em “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.” *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v. 24, n° 47, p. 29-60.